

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
EXTRAVIDOS TEÓRICOS ANTEDILUVIANOS: CRISE CIVILIZATÓRIA, NATUREZA E O REALISMO TRANSCENDENTAL DE ROY BHASKAR			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Andrea Santos e Raphael Weyne	Universidade Federal Fluminense	UFF	PPGE
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>As teorias sociais que se têm debruçado sobre as crises ecológica e alimentar compartilham um corpo de visões de mundo que as torna potencialmente úteis apenas para a manutenção da valorização do valor e da perpetuação das crises que pretendem resolver. A crítica ontológica própria do projeto teórico de Marx deve ser reforçada como prática aplicada ao debate filosófico-científico. Julga-se pertinente defender a possibilidade e efetividade da crítica ontológica radicada nos pensamentos marxista e realista de Lukács e Bhaskar.</p> <p>Teorias explanatórias diferentes contêm sua própria concepção sobre as possíveis organizações sociais e o que os seres humanos são, ou podem vir a ser. O reconhecimento das bases ontológicas de qualquer corpo teórico é uma condição indispensável para a ampliação da consciência e, por tanto, da prática científica. Realizar a crítica, revelar o objeto que torna a falsa consciência necessária, é a forma da ciência transformar a sociedade e as pessoas.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Natureza, Pós-modernidade, Pós-positivismo, Alimentação, Necessidades			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Social theories addressing the ecological and food crises share a worldview that makes them potentially useful only for the maintenance of the growth of value and the perpetuation of the crises that these theories were meant to solve. The ontological critique of Marx's theoretical project should be strengthened as an applied practice to the philosophical-scientific debate. It is deemed appropriate to defend the possibility and effectiveness of the ontological critique rooted in the Marxist and realist thoughts of Lukács and Bhaskar.</p> <p>Different explanatory theories contain their own conception of the possible social organizations and of what humans are, or could be. The recognition of the ontological foundation of any theoretical framework is a prerequisite for the expansion of consciousness and, therefore, the scientific practice. To bring the critique about, to reveal the object that makes the false consciousness necessary, is the form for science to transform society and people.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Nature, Postmodernism, Postpositivism, Food consumption, needs			
EIXO TEMÁTICO			
Ciência, Filosofia e ideologia: estranhamento ou emancipação			

I. INTRODUÇÃO

O panorama desta segunda década do século XXI é pouco alentador. Três décadas de agenda neoliberal acentuaram um cenário de devastação em quase todos os âmbitos da vida social e afloraram uma crise civilizatória raramente vista. Em especial, duas crises destacam-se pelas consequências sobre a vida humana: a crise ecológica, no que tange a espoliação dos ecossistemas e a crise alimentar – a persistente fome e a alarmante expansão das doenças crônico-degenerativas. Ambas são manifestações, no nível do metabolismo corporal e planetário, de uma crise mais ampla, civilizatória, relacionada ao aprofundamento das nossas práticas mercantis e de seus estranhamentos.

Considerando as teorias sociais que se têm debruçado sobre as crises ecológica e alimentar, que tipo de explicações ou ferramentas se tem empregado para explicar a crise à qual nossas práticas produtivas nos têm levado? Estas teorias têm potencial de apontar para possíveis superações da crise? Após uma primeira revisão desta literatura encontra-se forte evidência da hipossuficiência, por assim dizer, destas teorias no que tange mesmo ao entendimento, nos pareceria, de nossa atual crise civilizatória. Também interessante (senão assustador) é notar que tais teorias, embora muitas vezes apresentadas como antitéticas, em tudo opostas, potencialmente compartilham um estoque pré-analítico, onde tal corpo de visões de mundo corresponde, via de regra, à visão do mundo imediatamente posto, aquele identificável através do exame da superfície das práticas sociais vigentes. Se este raciocínio é válido, uma vez que a visão de mundo por estes corpos de teoria tomadas se anunciam em uníssono como o mundo das práticas já estabelecidas e presentemente disponíveis, isto não as torna, em sua capacidade resolvidora de conflitos, potencialmente úteis apenas para a manutenção das atuais relações sociais do mundo? Este tipo de análise, nominalmente a crítica ontológica, resgata o projeto teórico de Marx, posteriormente desenvolvido pelos trabalhos de Lukács e do filósofo inglês Roy Bhaskar. Este corpo crítico nos ajuda a procurar saídas para o labirinto das ciências sociais, especialmente, ao indicar que teorias explanatórias diferentes contêm sua própria concepção sobre as possíveis organizações sociais e o que os seres humanos são, ou podem vir a ser. O reconhecimento das bases ontológicas de qualquer corpo teórico, então, é condição indispensável para a ampliação da consciência e, por tanto, das práticas sociais.

Assim, partindo da análise dos pressupostos de quatro teorias, duas que estudam a questão alimentar atual, e sua crise, e duas relativas às teorias econômicas sobre a natureza, se busca identificar as visões de mundo, se alguma, compartilhadas por estes corpos teóricos. Nossa indagação, poderia

então se imaginar, é que caso estas correntes teóricas confundam certas facetas – no corpo humano e nos ecossistemas – da natureza com uma sua expressão, por assim dizer, estranhada elas poderiam passar despercebidos por um importante momento de originação da crise, ou seja, das contradições expressas na crise – o que, em parte, se capacitaria a explicar a abundância dos receituários normativos e voluntaristas, corolários tão frequentemente expressos em produções acadêmicas muito bem intencionadas, que tentariam assim cobrir certa incapacidade analítica depositando no indivíduo consumidor a responsabilidade pela superação da crise.

II. CRISE CIVILIZATÓRIA: A CRISE ECOLÓGICA-ALIMENTAR

Nas últimas duas décadas as supracitadas crises, em especial após a crise econômica de 2008, têm marcado forte presença nos discursos cotidianos. Trata-se, no entanto, de mais uma crise cíclica das economias capitalistas? Trata-se de uma crise da sociedade mercantil em geral e seu modo de produção? Ou da crise do capitalismo neoliberal em específico, e de sua realização violenta da lógica de acumulação? Por que falar de uma crise civilizatória? Caso imaginemos todas as hipóteses acima como verdadeiras, tal crise bem poderia ser o resultado de contradições da faceta neoliberal de nossa sociedade contemporânea que, para alguns, teria atingido limites da lógica social capitalista mais ampla, em si mesma contraditória, apontando talvez uma crise bastante ampla. Neste caso, não apenas se trataria de uma crise originada pela confrontação com limites objetivos do capital, e o que estaria em risco seria não apenas a continuidade da acumulação (como acontece em outras crises), senão o processo de reprodução social e a forma de existência humana tal qual posta atualmente. Neste sentido, se poderia propor tratar-se de uma crise, civilizatória, posta primeiramente pela própria prática social, contingente, capitalista, contraditória e insaciável na busca de lucros econômicos e financeiros.

Em especial, duas problemáticas empurrariam inequivocamente o escopo da presente crise para o campo amplo, civilizatório: as crises alimentar e ecológica. O que significa crise alimentar? Para alguns autores, esta se refere à grande fome de 2008, em decorrência do aumento dos gêneros alimentares (Conceição y Mendoza, 2009 e Magdoff, 2008). Para outros autores, no entanto, e assim como neste trabalho, o aumento dos famintos no mundo seria apenas o ponto menos sutil de uma longa lista de problemáticas acumulada pelos sistemas alimentares ao longo das últimas cinco décadas. A crise alimentar, então, apareceria primeiro como o problema da fome e da desnutrição, da qual ainda sofrem 12% da população mundial e que, segundo a FAO mata por dia 25 mil indivíduos. Ainda, os problemas vinculados à alimentação têm outras faces, como a epidemia de obesidade e de doenças crônico-degenerativas, que têm sido vinculadas às formas de nutrição, que agora não são exclusivas de países ricos, mas também estão afetando de forma grave países pobres.

Sabe-se que desde 1980 a obesidade mais que dobrou no mundo, colocando-se como o quinto fator de risco de morte no mundo. Mas, isso não é todo, a obesidade está fortemente relacionada ao crescimento das chamadas doenças metabólicas, as quais por sua vez, deram conta de 2/3 do total de mortes em 2008 (OMS, 2010). Segundo a Organização Mundial da Saúde caso se mantenham as tendências atuais, em 2050 metade da população terá algum tipo de câncer.

Esta tendência, de um processo destrutivo da vida, no entanto, tem outra vítima: a natureza. O sistema alimentar neoliberal destrói e polui a natureza enquanto mata de fome, de obesidade e de outras doenças metabólicas. Ambos processos podem, tentaremos indicar, ser considerados expressões de um problema em comum, visto que as atuais formas de produção, comercialização e consumo de alimentos respondem por parte importante da espoliação e poluição da natureza.

A expressão “crise civilizatória”, na literatura, geralmente sucede ou precede o termo crise ambiental (Boff, 1996). É de fato curioso, e até mesmo temerário em alguns casos, que a crise ambiental seja pensada em algo como o *momento central* da crise civilizatória ou mesmo como principal ponto *causal* desta: a corrente crise ambiental só assume seu contorno de "crise" sob uma perspectiva humana. Está razoavelmente claro que, do ponto de vista dos biomas terrestres ou da diversidade ecológica, esta crise ambiental e seus desenvolvimentos projetáveis, por mais catastróficos que nos pareçam, se encontrariam dentro da moda das variações biológicas e geográficas da história terrestre. Desta maneira, não parece cabível que a crise ambiental ganhe peso maior, tanto no imaginário popular quanto mais no trato científico, que a crise civilizatória. Estando as duas inscritas no aspecto inexoravelmente humano da vida planetária e se constituindo a crise ambiental em "crise" somente do ponto de vista da sociedade historicamente posta, fica indicado que o momento central da crítica deva se concentrar sobre a crise civilizatória, que encontra, na crise ambiental, um momento importante entre tantos outros, como migração em massa, epidemias da obesidade e crônicas degenerativas, desemprego, opressão social, étnica, de gênero, guerras, crescente intolerância e etc.

Isto posto, e reafirmando nosso intento de analisar a crise ecológica em particular, podemos avançar nosso argumento retrocedendo-o, no entanto, em complexidade, para nos aproximar de um tema que se vê bastante corrente e portador de fardo potencial reacionário. Isto poderia indicar a necessidade de uma superação verdadeiramente dialética da crise, que não se baseie em primitivismos, mas que mantenha o processo civilizatório e supere as práticas sociais e científicas que embargam a possibilidade de emancipação. Uma vez mediado o papel da crise ecológica na crise civilizatória e apontada a impossibilidade teórica - e indesejabilidade prática - de nos voltarmos a formas sociais passadas, resta a este item, senão, pensar sobre os desenvolvimentos futuros. É possível verificar razões empíricas que subsidiam a crença forte dos adeptos da "teologia

do crescimento" na utopia do avanço tecnológico, este tão familiar braço instrumental das ciências naturais, como solução do limite "ao" crescimento - *vis-à-vis* o limite "do" crescimento, ponto aquele a partir do qual crescimento adicional não seria capaz de gerar qualquer *real* melhoria. Acreditamos que as razões das crenças do conhecimento não-codificado no tecnologismo se baseiem, genericamente, nas observações cotidianas sobre o recuo das barreiras naturais, em especial desde a revolução industrial, em função das mudanças de matriz energética, os motores a vapor, de explosão interna, a miniaturização, enfim, de nossa acelerada evolução exossomática. Dentro desta perspectiva nada questionadora esperar encontrar o novo Prometeu tecnológico, o Prometeu III (Georgescu, 1977), que nos garanta a confortável manutenção de nossa forma de consciência, hábitos de consumo, ética, ou seja, práticas sociais em geral, parece nada menos do que natural e razoável¹. Caberia perguntar, no entanto, o que faríamos com o espaço adquirido da nova recessão decorrente de um eventual Prometeu III? Nossa configuração social e produtiva nada menos que exige que o "espaço" adicional, obviamente, seja ocupado pelas práticas sociais mesmas que nos trazem à atual crise civilizatória, nominalmente, as formas de produção, padrões de trabalho e socialização, incluindo-se aí a marginalização das etnias não-centrais, propagação de mitos e preconceitos necessários à manutenção da ordem social (em especial a urbana), calcada sobre o medo do "outro" que geralmente desagua no consumismo ansioso. Desta forma se imagina que o Prometeu III nos poderia oferecer senão um sobre espaço de respiro enquanto a lógica dominante se reproduziria para ocupar os recém adquiridos espaços adicionais. Tratamos aqui, naturalmente, não de espaços virgens na acepção geográfica espacial, mas da possibilidade de acomodação de qualquer combinação linear de maiores padrões de consumo e populações com acesso a diversos níveis intermediários deste novo padrão². Estamos falando, então, do tempo necessário para que o aumento de população e do padrão de consumo - uma faceta do aprofundamento das práticas capitalistas - facultados por esta recessão, atinjam o limite da capacidade de suporte do metabolismo terrestre. Resta então supor que mesmo que tivéssemos um novo Prometeu (que, acredita-se, não deve se apresentar num futuro próximo ou médio) não

¹ O próprio Georgescu é acusado por críticos (Gowdy, 1999, p.58) de ser um "utópico tecnologista" (de longuíssimo prazo) por propor uma administração bioeconômica que faculte o alongamento temporal da manutenção da vida humana em certos níveis. Essa crítica, pareceria, deriva do entendimento que sua proposta de administração bioeconômica se baseia na expectativa que este Prometeu novamente nos "libertasse" para novos "avanços" - fica a dúvida se, na imaginação do autor, esses "avanços" representariam, cinco ou seis séculos no futuro, a retomada do longínquo projeto capitalista tecnologista do século XX ou um projeto humanista de qualquer outro matiz, ou a barbárie, sabe-se lá.

² Faculta-se imaginar também, sem ignorar os horrores da miséria, que diferentes distribuições das populações em relação ao padrão de consumo têm diferentes efeitos de segunda ordem, e de ordens mais altas que, conforme propõem os estudiosos da complexidade, nem podem mais ser pensadas como derivadas, senão como condicionantes não-deterministas de uma lógica interna emergente, que pode ser mais ou menos-que-proporcionalmente poluidora, geralmente a segunda.

saberíamos o que fazer com essas novas faculdades senão reproduzir e aprofundar as práticas correntes que, diga-se de passagem, nos trouxeram à atual crise civilizatória.

Evidentemente, diante deste panorama de espoliação das condições naturais de existência humana e de outras formas de vida, assim como o incremento das doenças relativas a falta ou abundância nociva de alimentos, as sociedades não têm ficado indiferentes. Distintas ações se têm dado por parte de governos, empresas, organizações e indivíduos. Da mesma forma, diferentes teorias sociais se dedicam a estas crises, encompassando distintas tradições teóricas que empregam variado ferramental analítico para explicar a presente crise que se apresenta à humanidade, assim como suas expressões mais significativas e causas e para, muito naturalmente, propor medidas de mitigação ou resolução. Considerando as tradições científicas dominantes, no entanto, a humanidade contaria com capacidade de vislumbre ao menos de possíveis saídas da crise civilizatória?

III. ESTRANHAMENTO DA NATUREZA, TEORIAS SOBRE A CRISE ECOLÓGICA E A QUESTÃO ALIMENTAR

Para além das teorizações científicas ao alcance da mão, cabe neste parágrafo apenas sugerir uma chave de leitura menos imediatamente disponível, e que procuraremos desenvolver ao longo deste item que se propõe, associado ao item seguinte, o real objeto de estudo do presente artigo. Indo direto ao ponto, queremos entender o estranhamento da natureza como o aprofundamento da mercantilização de todos os aspectos da experiência social humana, enredada no trabalho atomizado, estranhado, perdida na superficial afluência advinda da "grande coleção de objetos" que mascara as relações sociais significativas, aquelas que seriam verdadeiramente os momentos mais relevantes de nossa socialização. Desta forma, o estranhamento e a mercantilização da esfera natural são pré-requisitos para a contínua expansão das práticas mercantis utilitárias que não são outra coisa senão o condão de sustentação da nossa prática social mercantil?

III.1 Crise ecológica e o estranhamento da natureza.

Vamos nos voltar ao primeiro objeto deste artigo para procurar reconhecer se as colocações da economia ambiental pressupõem que “questões ecológicas” possam ser solucionadas pelo incentivo de preços crescentes de bens naturais, levando à substituição de recursos naturais por capital. Caso seja este o caso, não pareceria difícil sustentar que tal vertente seja uma variante das concepções que tomam o desenvolvimento da ciência (portanto, da produtividade) como panaceia.

Procurando entender mais detidamente as teorias dos proponentes da economia ecológica nos voltaremos brevemente a três autores que têm contribuições significativas para a metodologia da pesquisa na área. Pigout e Coase, sem grandes emoções, vêm à mente do economista familiarizado com o tema, mas aproveitaremos para apresentar o economista institucionalista alemão Karl William Kapp por acreditarmos que possa ser dele o trabalho que mais conseguiu, dentro desta área, alargar a prática científica, possivelmente evidenciando impasses epistemológicos na microeconomia tradicional. Radicado nos Estados Unidos na década de 50, Kapp é considerado um dos fundadores da escola institucionalista americana (Neves, 2012). Tendo, em duas ocasiões, morado na Índia, e em uma nas Filipinas, foi responsável pelo que alguns consideram as bases de uma nova economia ecológica do desenvolvimento. Seu pensamento é notório por oferecer uma visão contrastante às teorias de externalidades encabeçadas por Pigou e, posteriormente, por Coase no âmbito da teoria microeconômica. Possivelmente em decorrência de suas experiências relativamente prolongadas em países de baixo grau de organização da produção e desenvolvimento das estruturas sociais, tradicionalmente associadas à sociedade capitalista, este autor pode oferecer contraste às ideias de Coase sobre o “problema do conflito de direitos”.

A metodologia da análise na economia ambiental

Posto sucintamente, Coase nos informa que o problema das externalidades identificado por Pigou pode ser entendido não como falha de mercado, mas em verdade como um problema de decidir que interesses serão socialmente defendidos num ambiente de *falta* de mercado originada na incapacidade estatal de prover um arcabouço integralmente detalhado e sólido, a fim de permitir trocas bilaterais de direitos específicos para exploração ou utilização de determinados recursos, criando assim, um mercado que, este sim, não precisaria de regulamentação adicional ou coibições. Longe de acreditar ter chegado ao final do caminho aí, o próprio Coase amplamente reconhece a questão dos custos transacionais que o levam a crer que, na prática, a maior parte das situações de conflito provavelmente acabarão mantendo a dotação inicial de acessos, bens e direitos. Mas este autor faz uma significativa ressalva quando analisa as proposições alternativas, nominalmente: a intervenção estatal através de regulações e zoneamentos e; a internalização via integração vertical, por hipótese, por parte da empresa produtora. Este vai além para sugerir que a ação estatal, dotada de toda sorte de falta de seleção competitiva, informação incompleta e pressões políticas pode acabar se tornando uma alternativa assaz ineficiente. É com esta mímica básica do pensamento de Coase que tentaremos, na seção que segue, fazer um exercício de diálogo com as ideias de Kapp no que toca à resolução da questão das “externalidades”.

As externalidades na teoria microeconômica: Coase vs Kapp

Talvez em função de sua experiência no mundo substancialmente distinta das perspectivas de teóricos econômicos vivendo nos Estados Unidos ou Inglaterra, tenha surgido em Kapp um olhar particularmente interessado sobre como estruturas produtivas são capazes de afetar seu entorno, bem como as condições sociais em que esta interferência se dá. Claramente, com sua visão estruturada e suas ideias a cerca da abertura do sistema econômico, Kapp conseguiu fazer uma crítica bem fundamentada ao processo de aprofundamento das estruturas produtivas e suas consequências sobre a vida objetiva das populações.

Kapp definiu como custos sociais uma gama de condições do sistema produtivo geradoras de perdas diretas ou indiretas que afetem um grupo em particular ou a sociedade de maneira geral, decorrentes de atividade econômica intencional, buscando auferir lucros sem que seus responsáveis sejam onerados. Pode-se notar nesta definição o ressurgimento da idéia de um “responsável” (ou grupo de responsáveis) pelas “externalidades” que, em sua nova definição, podem assumir também formas mais *sui generis* tais como a deterioração paulatina da qualidade do ar ou das relações de trabalho. Ou seja, muito embora se rejeite a ideia de que externalidades se materializem em espaços por excelência bilaterais, se enfatiza a existência concreta de responsáveis.

Esta ampliação do escopo de estudo permitiu a inclusão de conceitos como deseconomias de escala e instabilidade econômica como exemplos de custos privados sendo socializados, o que parece enterrar de vez a ideia de Coase sobre a possibilidade da correta aferição ou contabilização das externalidades para aí se tomar uma decisão de valoração (mesmo que esta seja “dura”). A conclusão de Kapp não poderia ser outra senão a de que o sistema econômico na sua presente forma oferece um prêmio às empresas que expurgarem seus custos privados tanto quanto possível para a esfera pública, garantindo que tais expurgos tragam, presumivelmente, redução de custos para seus empreendimentos. Para Kapp a economia capitalista é maximizadora de custos sociais ou uma “economia de custos não pagos”.

Diante deste cenário Kapp nos indica o caminho a seguir se tivermos por meta garantir uma maior equanimidade social. Tendo reconhecido a impossibilidade de estabelecimento de relações do tipo mercantil bilateral para a resolução do problema dos custos sociais, Kapp vai além e nos esclarece que geralmente as pessoas afetadas negativamente por estes problemas não têm voz, não são ouvidas no curso do processo político, não têm acesso ao conjunto de informações relevantes, são desprotegidas, vítimas de um processo sobre o qual têm pouco ou nenhum controle. Realmente Kapp monta um claro caso onde a análise puramente econômica pode ser dita, no mínimo, altamente incompleta.

Para finalizar esta seção vamos ressaltar que os processos que geram custos sociais são circulares, eles se retroalimentam. A posição inicial de poder de poluir ou externalizar custos se reforça conforme se repete o ato poluidor, conforme cresce o poder dos poluidores na sociedade, reforçado econômica e culturalmente a cada novo ciclo. Enfatizando o caráter aberto da economia Kapp encerra sua análise positiva afirmando a falta de relevância de um sistema de preços composto visceralmente sobre estruturas incapazes de representar contábil e socialmente o impacto exercido sobre o meio social e natural.

O pensamento de Kapp não estaria minimamente caracterizado sem que antes indicássemos suas proposições normativas para a sociedade posto que este acreditava haver um conjunto de medidas capazes de lidar com o cenário por ele proposto. O autor leva a cabo uma empreitada, a nosso ver bem sucedida, em revelar as bases epistemológicas sobre as quais se travou a batalha marginalista dentro da área de bem-estar. Corretamente, este identificou o caráter aberto do sistema econômico bem como os aspectos pré-econômicos que conformam a estrutura produtiva enquanto produto cultural de sociedades humanas posicionadas na história e na geografia. O autor foi além, para desmascarar a falsa ideia propagada por Coase de que muitas vezes o melhor a fazer é não fazer nada, de maneira a embutir menos ineficiências ou vieses políticos no processo produtivo eficiente de mercado. Ora, nada há de eficiente no processo produtivo de mercado uma vez que, segundo o autor, o sistema de preços é incapaz de revelar as reais magnitudes das valorações subjetivas humanas ou mesmo os reais custos pagos pela sociedade de maneira mais abrangente no curso de produção dos bens e serviços. Neste caso não fazer nada é perpetuar uma estrutura excludente e injusta, que de *nenhuma forma* se ampara em qualquer ordenamento que o discurso clássico em quase um século foi capaz de propor.

Em face do caráter histórico advindo da *circularidade* e *cumulatividade* Kapp assertou sobre as incapacidades normativas em impedir violações dos direitos sociais básicos (Neves, 2011), violações estas que se dão através e a partir da dotação inicial de acesso, de diferentes grupos de dominância cultural, a recursos não-renováveis e/ou coletivos. Finalmente, neste ponto o autor enfatiza a centralidade da vida humana como valor inquestionável e inalienável, absoluto, e conclui que os objetivos sociais *devem* ser politicamente³ acordados e construídos e termina por exultar aos colegas de profissão que centremos esforços na construção de uma teoria que divise as necessidades humanas (nesse aspecto parece que o trabalho de Rawls e Sen se encaixa perfeitamente ao de Kapp) e que seja capaz de determinar valores sociais que representem valores reais para o *conjunto da sociedade*, baseada em critérios objetivos, científicos.

³ Curiosamente, a análise do próprio Kapp sugere que a dotação de poder político de uma sociedade está intimamente ligada aos fatores que estabelecem a dominância cultural sobre os métodos e fatores produtivos. Como poderia, então, ser este acordo político menos distorcido que o “acordo” de mercado?

A economia, em realidade, há muitas décadas carece de embasamento científico que a permita evitar discutir a origem dos valores embutidos no seu instrumental utilizado para escrutínio do mundo. Ora, é sabido que desde Kuhn e Lakatos qualquer campo da ciência perdeu a capacidade de evitar o legítimo questionamento a respeito de suas bases de valores éticas e sociais, bem como sobre as finalidades que se pretende objetivar com base neste *núcleo duro* do seu projeto de pesquisas, sob pena de desconfigurar a atividade de pesquisa como discurso válido, esvaziando esta produção acadêmica de qualquer valor utilizável ou sequer inteligível.

Ontologia das economias que tratam da natureza estranhada

De outra forma, a economia ecológica, que propõe a administração físico-biológica direta das consequências dos processos produtivos, ao postular limites para a produção com base na capacidade de regeneração da natureza, e para a complementaridade dos insumos de produção, implica que é necessária a intervenção pública para imaginar e propor trajetórias de desenvolvimento adequadas.

As duas teorias (economia ambiental e economia ecológica) são normalmente consideradas antitéticas por se construírem mais como críticas do que como complementos uma da outra. A discussão, no entanto, quando deslocada para o terreno ontológico parece revelar uma surpreendente afinidade de pressupostos e visão de mundo: a economia ambiental vê o bioma como uma caixa da qual provêm recursos e onde se depositam dejetos, a economia ecológica vê a economia como mecanismo disposto sobre o bioma. Ao fim e ao cabo, parece claro que as duas correntes assumem o estranhamento da natureza, via naturalização da atual configuração social e mesmo material da produção. Essa configuração é encarada como o elemento externo, coativo, que se preserva enquanto ajustes a posteriori impedem uma tragédia ambiental. Em sendo assim, as concepções não assumem formalmente um caráter conservador?

III.2 Crise alimentar e o estranhamento do corpo

A crise alimentar afeta a corporeidade dos indivíduos e manifesta-se ora via escassez de alimentos, ora como abundância nociva. Tal caráter díspar apresentado por nossa alimentação no século XXI, por um lado priva pessoas da quantidade mínima de alimentos mas, também, disponibiliza de forma abundante uma alimentação que parece estar contra nosso metabolismo, e que já gera diversas epidemias.

Cada sociedade em cada momento histórico demarca, nunca de forma definitiva, o campo dos objetos ou produtos que são “bons para comer”. A determinação do que é bom para comer, daquilo

que é considerado alimento, não é uma configuração atada completamente a uma racionalidade nutricional, também não se trata, no entanto, de um resultado arbitrário exclusivo da cultura e das práticas sociais, pois a continuidade da humanidade depende da adequada seleção daquilo que ingerimos. Como entender a atual alimentação que gera epidemias? Será que a humanidade perdeu ou nunca teve a capacidade de definir o que é bom para se comer? Nas últimas décadas do século XX, Claude Fischler, sociólogo francês, cunhou o termo *gastro-anomia* para destacar que nas sociedades moderna *el nuevo comedor-consumidor, no sabe ya cómo distinguir lo comestible de lo no-comestible* (Fischler: 2010; 13).

Por que as sociedades atuais consideram como alimentos produtos cujo consumo adoece o corpo? Por que o limite entre o que é bom para comer é o que não é está perdido ou tem um grau de complexidade tal que é difícil conhecê-lo? Defronte à questão colocada pela epidemia de doenças metabólicas, desta gastro-anomia, é que serão analisadas duas perspectivas dominantes no estudo atual da questão alimentar: a perspectiva da sociologia do consumo através de um dos seus fundadores, Colin Campbell e a sua teoria sobre a natureza do consumidor moderno e; a teoria do consumidor da economia ortodoxa através do desenvolvimento feito por Gary Becker e a sua radical expansão do homem econômico. Os dois conjuntos teóricos fornecem elementos para compreender a questão alimentar a partir da perspectiva do consumo buscando, cada um, explicar os determinantes do consumo e das decisões ou motivos que levam a um determinado padrão de consumo e a forma pela qual uma e outra teoria têm sido empregadas para dar conta da situação da alimentação atual, das mudanças alimentares que poderiam, ou não, estar por detrás do incremento das doenças metabólicas.

A teoria econômica ortodoxa: de gustibus non est disputandum?

No estudo sobre os determinantes da alimentação e suas modificações no tempo é comum encontrar análises feitas a partir dos princípios da teoria econômica ortodoxa. Segundo esta perspectiva as decisões de consumo de alimentos são determinadas por mecanismos de mercado em função da maximização de utilidade dos consumidores. A ideia de equilíbrio é central. Junto à concorrência entre produtores encontra-se a noção da soberania do consumidor, através da qual se expressa o poder dos indivíduos em afetar a produção de bens segundo seus gostos e preferências, garantindo o equilíbrio em termos quantitativos e qualitativos. Outra consequência do discurso da soberania do consumidor é que o conteúdo das escolhas dos indivíduos é esvaziado de relevância ou significado, visto que são os indivíduos as únicas autoridades sobre a suas apetências (consideradas fixas), ou seja, para esta teoria *de gustibus non est disputandum*. Desta forma mudanças no consumo originam-se de modificações na renda e nos preços relativos.

Um exemplo do uso desta perspectiva são os estudos do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), instituição que realiza estudos periódicos sobre a dinâmica dos padrões alimentares mundiais. Em termos gerais, estes estudos destacam que o padrão de alimentação mundial tende à convergência, sendo as forças impulsando esta convergência o aumento da renda e o incremento do comércio mundial, que modifica os preços dos alimentos. Para um maior nível de renda, concluem, os indivíduos desenvolvem uma alimentação mais diversificada aumentando o custo das calorias consumidas e, em alguns casos, substituindo os alimentos de origem vegetal por produtos animais e por processados (Regmi, Takeshima e Unnevehr, 2008; Regmi, 2001).

Um dos mais radicais defensores desta perspectiva é o economista norte-americano Gary Becker, prêmio Nobel de economia de 1993. Este, em 1977 junto com Goerge Stigler, publicou o famoso artigo *De Gustibus Non Est Disputandum* e, em 1996, o livro *Accounting for taste*. Nos dois trabalhos Becker dedica-se a demonstrar a utilidade das análises dos fenômenos do consumo moderno realizadas a partir dos princípios da economia ortodoxa: a maximização de utilidade e o pressuposto de preferências estáveis e bem comportadas (Becker, 1977: 77). Desta sorte, defende não só a superioridade explicativa desta teoria mas também a capacidade de explicar as mudanças do consumo através da modificação da renda e os preços.

Todavia, a defesa que Becker faz da teoria do consumidor não é uma defesa tradicional, e bem poderia ser interpretada como uma saída heterodoxa, ainda que seus resultados constituam uma maior radicalização do *homo economicus* como postura metodológica. Para superar as diversas críticas acumuladas à teoria do consumidor ortodoxa ao longo da segunda metade do século XX, Becker propõe esticar ainda mais o paralelo entre a teoria do consumo e a teoria das firmas, transmutando famílias em firmas que produzem bens (como saúde, prazer, reconhecimento social e reputação), e dotando-as de capacidade de projeção futura das consequências de seus atos presentes. Através da combinação de consumo e capital humano, os produtos adquiridos no mercado agora apenas possuem utilidade indireta. O capital humano, ou de consumo, divide-se em dois tipos diferentes: o capital pessoal, que inclui as habilidades e conhecimentos (aprendidos ou acumulados no passado) necessários para extrair utilidade a partir dos bens; e o capital social, que representa os efeitos das ações de outros indivíduos da rede social do consumidor e a influência da cultura sobre este. Assim, se reconhece que o principal determinante das escolhas de consumo dos indivíduos é o estoque de capital humano e que, por tanto, pouco tem a ver com necessidades biológicas ou com a manipulação de consumidores por empresas ou governos (Becker, 1996: 3).

Desta forma, com a *endogenização* das preferências na função de produção familiar Becker pode explicar, sem abandonar o pressuposto das preferências fixas, fenômenos como o consumo de bens que geram dependência ou adição, o recurso à tradição e à cultura nas escolhas de consumo, e o

efeito da publicidade e da moda sobre as escolhas dos indivíduos. Em todos estes casos Becker traduz a modificação dos gostos em mudanças na função de produção familiar, seja por acumulação de capital de consumo que se traduz em maior produtividade ao consumir bens seja pela modificação dos preços “sombra” destes (Stigler e Becker, 1977). É interessante resgatar, por exemplo, a importância que Becker atribui à capacidade dos agentes em outorgar relevância ao futuro, assim como de determinar de forma precisa as consequências de seus comportamentos presentes. O que resulta peculiar é que esta capacidade é ao mesmo tempo um bem que se produz mas também é capital pessoal, *imagination capital*, que é empregado na produção de outros bens, como saúde. Assim, por exemplo, aponta que educação e publicidade são insumos particularmente relevantes para a produção deste bem:

“someone who places greater weight on the future [...] is less likely to become addicted to harmful substances like drugs, alcohol, and cigarettes, and is more likely to develop a belief in the afterlife, and to acquire beneficial habits like exercise and coming to work on time” (Becker, 1996: 11).

A sociologia do consumo: o hedonismo subjetivo, imaginativo e autônomo

A sociologia do consumo, no que se refere aos determinantes da alimentação, se apresenta quase sempre como perspectiva, senão oposta, ao menos crítica àquela da teoria econômica ao questionar a figura do *homo economicus*, a ideia de indivíduos mais perto de máquinas que de pessoas de carne e osso e por considerar os gostos como algo que não precisa ser explicado (Miller, 2007: 39; Douglas e Isherwood, 2002: 4). Diante destas críticas, a sociologia do consumo caracteriza-se por colocar ênfase na dimensão subjetiva, simbólica e consuntiva da alimentação. Seguindo a tradição weberiana, a perspectiva empregada é a do ponto de vista das pessoas, isto é, o que os consumidores percebem e vivenciam na a sua própria alimentação.

Um bom exemplo deste posicionamento são os trabalhos de Livia Barbosa, antropóloga brasileira, quem em *Tendências da alimentação Contemporânea* (2009) e *Feijão com arroz e arroz com feijão: o Brasil no prato dos brasileiros* (2010) avalia as tendências do sistema alimentar atual tendo como referência empírica o sistema alimentar brasileiro. Para esta autora, em particular, seriam pessimistas e infundadas as leituras que falam sobre uma tendência à nocividade da alimentação, seja por uma gastro-anomia ou pelo controle da indústria alimentar. Esta defende, em seus estudos, que as tendências sociais são apropriadas de formas muito diversas pelos universos semânticos de cada indivíduo e que de fato estes universos estão se encaminhando para experiências de saúde e sustentabilidade (Barbosa, 2009: 19). Porém, quase todas as pessoas entrevistadas nas

pesquisas de Barbosa admitem encontrar na atualidade uma contradição entre a procura de prazer e de saúde nas decisões de alimentação (Barbosa, 2007: 109).

Um dos referenciais teóricos onde Barbosa se apoia para levar a cabo seus estudos, e que sustentam suas conclusões, é a teoria do consumismo moderno de Colin Campbell, sociólogo inglês que, em seu livro *The Romantic Ethic and The Spirit of modern consumerism* (1987), propõe os fundamentos éticos que propiciaram o entendimento do consumo moderno em uma clara continuação das teses weberianas. Trata-se de um hedonismo moderno, de cunho romântico mais que puritano, no qual os indivíduos adotam um padrão sistemático de procura de prazer *cujá maior parte reside na imaginação do próprio consumidor* (Campbell, 2001: 131). O hedonismo moderno é imaginativo, subjetivo e autônomo onde *a natureza “real” dos produtos é de pouca consequência quando comparada com o que é possível, para os consumidores, imaginar a respeito destes e, conseqüentemente, de seu potencial como “material de sonho”* (Campbell, 2001: 131).

Porém, e seguindo o espírito da ética romântica, para Campbell, esta procura de prazer está condenada ao constante fracasso: a inevitável discrepância entre o prazer imaginado e o prazer real obtido através do consumo dos objetos leva os consumidores a se defrontarem com uma constante frustração que, por sua vez, os leva a dedicar mais e mais da suas energias na procura do prazer auto-ilusório (Campbell, 2013: 793). Desta forma,

in their quest to experience the dramas of their imagination in reality through the medium of material goods, modern hedonists are ceaseless in their demand for original, novelty commodities (Boden e Williams, 2002: 496).

Campbell identifica duas logicas de consumo: o consumo motivado pelas necessidades e o consumo motivado pelo desejo. O primeiro é um consumo de substituição cujo objetivo é restaurar o equilíbrio original e que está dirigido a objetos reais e às suas propriedades materiais. Trata-se de consumo motivado por um critério objetivo e que, por tanto, se apresenta limitado, correspondendo ao tipo de lógica existente nas sociedades tradicionais, caracterizado por uma baixa variância no tempo. O consumo motivado pelo desejo, ao contrário, procura o prazer, entendido como julgamento subjetivo, segundo os gostos de cada indivíduo, em função de estímulos. Este segundo tipo de consumo segue um critério essencialmente subjetivo e imaterial, e por tanto, é potencialmente sem limites, o que o torna o consumo característico das sociedades modernas nas quais os padrões de vida se encontram em constante mudança (Campbell, 1998: 237-239).

O esquema de Campbell não significa que o consumo motivado pelas necessidades não exista mais nas sociedades modernas. Trata-se de duas lógicas que, ainda que contraditórias, podem aparecer

justapostas: a lógica da satisfação pode apresentar-se com mais força em determinado tipo de consumo, por exemplo, no consumo de alimentos, ou estar mais representada nos homens que nas mulheres que, nas suas palavras, “são mais propensas a realizar o consumo motivado pelo desejo”; ou também pode ser o consumo que predomina ao longo da semana de trabalho *vis-à-vis* os fins de semana. Não obstante, no movimento geral do consumo moderno (e nos sentidos que adquirem seus determinantes nas nossas sociedades), predomina o motivo do prazer. A variedade de produtos existentes que potencialmente podem satisfazer a mesma necessidade, por exemplo a fome, fazem com que

“(...) want-related issues tend to be unavoidable even in the case of the most mundane need consumption (...) thus the need for food may be satisfied in a variety of ways, say, by eating a hamburger, a chinese meal or a chocolate bar, and this range of possibilities allows for desire and preference to be expressed.” (Campbell, 1998: 241-242)

O estranhamento do corpo

As duas tradições teóricas expostas, ainda que a primeira vista se apresentem como opostas no que toca à perspectiva que empregam para analisar o consumo nas nossas sociedades, contém elementos comuns: o silêncio sobre as necessidades qualitativas de alimentação ou, o que é a mesma coisa, o conteúdo qualitativo das escolhas alimentares.

Na teoria econômica tradicionalmente é dominante uma perspectiva lógico-formal que expurga qualquer debate sobre o eventual conteúdo qualitativo e ideológico manifesto nas escolhas dos indivíduos consumidores. No caso específico da teoria de Becker, primeiro deve ser reconhecido que esta constitui uma versão muito mais complexa do consumo do que a teoria do consumidor ortodoxa tradicional. Ainda assim, a interiorização das preferências na tentativa de dar fim ao silêncio característico sobre as escolhas é apenas aparente. Os gostos continuam não sendo considerados ao se entendê-los/substituí-los pelo conceito de capital, agora de “tipo humano”, com o qual se molda sobre o corpo e a mente do consumidor a lógica de maximização característica da teoria econômica. Gostos, habilidades, sentimentos, lembranças, conhecimentos, amizades, sonos, medos, são convertidos em capital e, como tal, a uma coisa que interessa unicamente pelo rendimento quantitativo que possam gerar. Sem abandonar a noção da soberania do consumidor, então, qualquer problema, erro, ou desutilidade causado ao corpo dos consumidores, como uma doença, pode ser explicado como falta de certo tipo de capital específico por parte do indivíduo.

Na sociologia do consumo, por sua vez, a afonia em relação às características qualitativas dos alimentos decorre da predominância do aspecto simbólico da alimentação, a natureza qualitativa dos produtos é de baixa consequência quando comparada ao que é possível neles se projetar. A teoria de Campbell tem sido fortemente criticada como uma teoria que assume o consumo *as a largely disembodied, mentalistic, intensely self-reflexive process* (Boden e Williams, 2002: 505). Uma teoria na qual, sem uma coerente justificação, corpo e mente parecem encontrar-se em contradição insuperável, expressa na contraposição entre os critérios objetivos e os critérios subjetivos do consumo e entre a satisfação das necessidades e a realização do desejo. Contraposição que, nas pesquisas de Barbosa, expressaria-se na oposição que os consumidores sentem entre a saúde e o prazer nas decisões de alimentação. Neste sentido, e com as ferramentas que Campbell fornece para a compreensão da atual crise, pareceria que o fenômeno da gastro-anomia ou do transtorno do conjunto considerado “bom para comer” é inevitável, considerando-se o caráter limitado de nosso corpo e a liberdade da nossa imaginação aunada ao constante sentimento de frustração.

A pergunta sobre que tipos de alimentos compõem as dietas das pessoas aponta para as substâncias que fornecem os elementos indispensáveis para o funcionamento e reprodução do corpo humano, ou seja, esta pergunta aponta diretamente para nossa *natureza* interna. Não se trata, porém, de trazer ao debate uma suposta objetividade fisiológica ou nutricional para tentar impô-la como guia para o consumo de alimentos. A *práxis* da alimentação, como qualquer prática social, *pré-supõe* um nexo de relações naturais, culturais, políticas, econômicas e éticas condicionantes, que dão origem a uma complexa dialética. O reconhecimento dos fatores sociais que dão corporeidade à nossa alimentação não pode desaguar, no entanto, na desconsideração dos requerimentos fisiológicos do nosso corpo, o que se faz particularmente patente na atual crise alimentar. Na compreensão da alimentação como processo social-natural é que os diferentes posicionamentos frente à crise encontram a sua maior limitação – ora a sacrificando frente à “racionalidade econômica”, ora ao entremeio simbólico e cultural da alimentação.

IV. A CRISE CIVILIZATÓRIA E O REALISMO CRÍTICO DE ROY BHASKAR

No item anterior expusemos as características e limites das perspectivas que se consideram mais relevantes nas reações à crise ecológica-alimentar. No que concerne às teorias econômicas que debatem, no escopo da crise ecológica, tentou-se indicar como, independentemente das importantes diferenças entre elas, as duas correntes consideram a relação sociedade-natureza de forma estranhada, como entidades independentes com diferentes graus de interconexão. Também no que

tange às teorias sobre os determinantes do consumo, que fornecem pistas e ferramentas analíticas para compreender a crise alimentar atual, notou-se que, a despeito de fortes diferenças, ambas comungam do silêncio sobre as características qualitativas do consumo e do estranhamento do corpo, como entidade social-natural onde acontece o consumo.

Com a precaução de não se cair em uma postura reducionista, os resultados da análise aqui apresentados parecem apontar para o fato de que as quatro teorias têm um limite comum: a consideração da natureza, seja interna (do corpo) ou externa (do bioma), de forma estranhada, como algo distante, inapreensível que, por algumas circunstâncias não bem compreendidas é precisamente o objeto central da grave crise que ameaça a continuidade da humanidade tal qual a conhecemos. Por que seria que, no atual estado da ciência, faz-se tão difícil falar da natureza, interna ou externa? Que têm em comum estas teorias econômicas e sociais que as levam a reproduzir e manter esta concepção estranhada da natureza? Por que as diferentes estratégias de produção de conhecimento científico se veem presas aos mesmos limites?

Ao longo da segunda metade do século XX, o filósofo inglês Roy Bhaskar denunciou insistentemente a crise com a qual se defrontava o fazer científico, criticando fortemente suas duas expressões dominantes: o neopositivismo e o idealismo transcendental. No que segue se quer demonstrar que a denúncia feita por Bhaskar não só continua válida, mas também é capaz de apresentar respostas sobre as causas que mantém presas aos mesmos limites e insuficiências as teorias aqui revisitadas, a despeito de suas aparentes diferenças. Isto, de fato, significaria pelo menos certa aproximação, ainda que pequena, das possibilidades epistemológicas que facultem o entendimento e solução da crise civilizatória.

Bhaskar denuncia que, na história das tradições filosóficas, tem dominado a tendência à aniquilação da reflexão ontológica, ou seja, do estudo sobre o *ser-em-si* do mundo, objeto último do conhecimento do ponto de vista do que pode dele ser estabelecido através de argumentação filosófica (Bhaskar, 2008: 24). Esta supressão, denuncia o autor, as torna vítimas da chamada “falácia epistêmica”, que consiste em achar que sempre se pode transpor e reduzir as afirmações sobre o ser (ontológicas) em termos daquilo que pode deste ser apreendido, da teoria do conhecimento (afirmações epistemológicas), nas palavras do autor: *the epistemic fallacy is manifest in a persistent tendency to read the conditions of a particular concept of knowledge into an implicit concept of the world* (Bhaskar, 2008: 29). Isto acarreta duas consequências principais: a sistemática diluição da ideia da existência de um mundo independente de nosso processo cognitivo onde; os resultados do processo de conhecimento se limitam a sua aplicação empírica, sendo o corpo de possibilidades do conhecimento reduzido aos objetos da experiência, *that is, to the world of sense*.

Contudo, destaca o filósofo, ainda que esta tendência a ignorar a ontologia seja dominante, por princípio não existe ciência nem nenhum processo de conhecimento sem ontologia, sem uma visão do mundo. Precisamente, e como estabelece a falácia epistêmica: as afirmações sobre o ser são reduzidas (mas não eliminadas), aos termos das possibilidades de conhecimento. O que, na prática, implica a geração de uma ontologia implícita, não reconhecida. Assim, tanto positivismo quanto idealismo pós-moderno assumem uma ontologia. E qual seria? O ponto de partida, pareceria, são suas teorias sobre o conhecimento. Para o positivismo a ciência é um tipo de resposta automática aos estímulos que recebem os sujeitos do conhecimento através do seus sentidos, estímulos que se originam nos fatos atomizados (e suas relações, por necessidade) ... *thus science becomes a kind of epiphenomenon of nature* (Bhaskar, 2008: 14-15). Por parte do idealismo a questão parece, à primeira vista, radicalmente diferente, pois os objetos do conhecimento são modelos ideais construídos pela subjetividade cognoscente que, ainda que independentes dos indivíduos particulares, não o são da atividade social em geral de forma que *the natural world becomes a construction of the human mind* (Bhaskar, 2008: 15).

Para Bhaskar, o positivismo e o idealismo compartilham uma mesma ontologia, a despeito das diferenças de entendimento sobre a forma em que o processo de conhecimento se dá. Trataria-se, em ambos os casos, de um realismo empírico, baseado na categoria da experiência e no individualismo metodológico que, por princípio, nega as circunstâncias sociais nas quais a experiência se torna significativa. Experiência e ciência, então, são univocamente colocados no mesmo patamar, com o conhecimento do mundo sendo bruscamente reduzido ao conhecimento do comportamento humano, dotando suas teorias de um antropocentrismo insuspeito, pois *the world is what men can experience*. No lugar de uma ciência que dê conta do mundo emerge uma ideologia conservadora *descriptivist, instrumentalist and fictionalist* (Bhaskar, 2008: 30-31).

O que tudo isto tem a ver com a crise ecológico-alimentar, ou com a crise civilizatória nestas manifesta? Queremos indicar que Becker, Pigou, Coase, Kapp assim como Campbell, pertencem, de forma consciente ou não, a estas tradições teóricas. Os economistas aderem ao positivismo e Campbell ao idealismo, na sua forma pós-moderna de finais do século XX. Como exemplo podemos nos voltar para a (agora fictícia) oposição entre Becker e Campbell à luz da denuncia de Bhaskar.

Para a economia, no interior da tradição positivista, seu objeto de conhecimento é composto por consumidores e firmas, e a sociedade é composta pela soma de seus indivíduos. Consumo, mercado e produção são esferas autônomas, cujos vínculos (fluxo de bens e serviços) originam-se em relações de necessidade. Por outro lado, os estudos da sociologia do consumo se caracterizam por sua subscrição às perspectivas (ontológicas) pós-modernas que, olhadas de perto, podem ser

entendidas como o renascimento do idealismo kantiano. As características do realismo empirista denunciado por Bhaskar se encaixa com a ênfase dos sociólogos em considerar como seu objeto de estudo aquilo que os consumidores pensam sobre o seu consumo, ou seja, o sentido que os indivíduos dão a seu próprio comportamento, o domínio que Campbell reconhece no aspeto subjetivo do consumo, daquele constructo idealista nas mentes dos consumidores. Desta forma, por mais que a sociologia do consumo seja crítica da teoria ortodoxa do consumidor, por seu reducionismo, esta não só também o é, mas o é no exato mesmo sentido de redução, que não poderia deixar de ser aquela própria do realismo empirista.

Mais ainda, esta aparente contraposição se esfumaça quando se percebe que a ênfase nos aspetos hedonistas ou simbólicos do consumo em nada desafia a ideia do consumidor como maximizador e, muito menos, com o mercado como suposto mecanismo que garante a harmonia entre indivíduos atomizados. A prioridade dada pelo idealismo ao subjetivo se torna assim tão adequada à boa administração do capitalismo quanto o criticado homem econômico:

“El capitalismo quiere que los hombres y mujeres sean infinitamente flexibles y adaptables. Como sistema, el capitalismo siente un horror fústico a los límites fijos, a cualquier cosa que suponga un obstáculo para la infinita acumulación de capital. Si en cierto sentido es un sistema absolutamente materialista, en otro es antimaterialista con virulencia” (Eagleton, 2005: 127).

Desta forma ambas resultam em um exemplo da ideologia conservadora denunciada por Bhaskar. Ao omitir ou negar a existência de uma dinâmica social dominante, que outorga coerência à totalidade social (mas cujos mecanismos nem sempre são objeto da experiência direta dos indivíduos), as teorias conservadoras interferem na estrutura social justamente no sentido de reproduzir estas mesmas estruturas por elas não identificadas. No centro do tudo estaria o indivíduo, mais ou menos influenciado pelos outros indivíduos, é ele quem segura o poder, voluntarista, de determinação do mundo econômico, através da posse do capital ou, simbolicamente, como sonhadores. No final, são perspectivas que consideram a situação atual como um fato natural e que reconhecem no mundo existente o melhor dos mundos possíveis, apagando de fato todo vínculo entre a crise civilizatória, o fundamentalismo de mercado e o hedonismo pós-moderno.

Diante disto, que caminhos ou perspectivas podem ser resgatados para o entendimento e a superação da crise civilizatória? Estamos condenados ao pensamento que reproduz a realidade existente? Bhaskar propõe a perspectiva do realismo crítico, que implica no reconhecimento do conhecimento como produto social útil e a distinção entre dois tipos diferentes de objetos do conhecimento: 1) os conhecimentos anteriormente produzidos que são empregados como insumos

para a produção de novo conhecimento (os objetos intransitivos do conhecimento) e 2) a estrutura real daquilo que é conhecido mas que é independente da consciência que conhece (os objetos transitivos do conhecimento). Um questionamento comumente reservado ao realismo crítico (RC) é perguntar qual seria a ontologia proposta por tais teorias críticas (Hall, 1990, p.344, Rosiek & Pratt, 2013, p.581). A filosofia do RC não encompasses *uma* ontologia em específico. O imperativo do realismo crítico, sua principal razão de ser, nos pareceria, seria prover ferramental filosófico que faculte ontologias compartilhadas (ou mesmo concorrentes), mas que coloquem em seus pressupostos – visão de mundo – perspectivas plurais que, esperemos, sejam de emancipação, do que podemos vir a ser enquanto humanidade e não-humanidade, enquanto amálgama biológica integrante legítima da biosfera desta rocha sideral.

Na perspectiva realista crítica, pois, a tarefa da ciência é explorar o espaço do real e como este se relaciona com o domínio do efetivo e do empírico, sendo o último a expressão mais particular daqueles dois. Ou seja, existe no RC um interesse nos mecanismos que operam nas dimensões mais profundas (real e efetiva), neste excesso de realidade tão bem identificado pelos pós-modernistas, e que distingue o realismo crítico das correntes do neopositivismo. Dito isto, o realismo crítico compartilha com o neopositivismo certo interesse por generalizações e pela identificação de causalidades sem, no entanto, dedicar atenção demasiada às observações do sensível, visto que não é possível reduzir o real ao observável. Assim, sem distinguir observação da teoria o RC refuta também o interesse em descobrir leis (conjunções constantes) completamente gerais demonstrando, igualmente, interesse por redes de complexidade e elementos teóricos ou observáveis que facultem a prática científica para além da superfície dos fenômenos sociais ou naturais, procurando sínteses contextualizadas, mas enfatizando a natureza objetiva da realidade (Alvesson, 2000, p.40).

V. CONCLUSÃO

A guisa de conclusão, pode-se dizer que as formas de consciência aqui brevemente expostas não são sem propósito. A miopia da ciência econômica vulgar e dos filósofos pós-modernos decorre, segundo Marx e Bhaskar, da necessidade de conhecimento (acidental) que faculte a manutenção da prática social contingente e imediata. As formas de consciência resultantes da ciência que toma por ponto de partida o estágio capitalista da sociedade são capazes de ampliar a prática científica apenas na justa medida que permita levar o sistema mercantil para fora da parte de seu ciclo onde suas contradições são mais irrefragáveis sem, no entanto, superar as contradições presentes no estranhamento da natureza, propriedades formais da prática econômica visíveis a qualquer ponto de seu ciclo. As falsas formas de consciência, de ciência, embora necessárias à prática social imediata,

aprofundam as redes de relações sociais que pressupõem a natureza estranhada e reproduzem suas contradições imanentes que se desdobram, aprofundando justamente a crise civilizatória.

Cabe ao discurso realista transcendental entender como se pode assimilar tais discursos – o que é natural visto que estes, inegavelmente, estão assimilados por um projeto humanista, de emancipação – para que ao menos indiquemos certas agendas positivas que a propaganda e a psicologia de botequim parecem informar se fizerem tão necessárias à eficiente comunicação de programas intelectuais, fugindo da monotonia que se faz presente no discurso críticos das descobertas metafísicas Hegelianas, Marxistas, para fugir da aparência de incapacidade de geração de discursos críticos mas ao mesmo tempo positivos, tomando parte e proveito da multiplicidade de discursos marginais pós-modernistas trazidos para o seio de uma ontologia crítica.

REFERÊNCIAS

- Alvesson, Mats & Sköldbberg, Kaj. 'Reflexive Methodology: New Vistas for Qualitative Research', SAGE Publications, 2a Ed, 2000.
- Barbosa, Livia . Feijão com arroz e arroz com feijão: o Brasil no prato dos brasileiros. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 87-116, jul./dez. 2007.
- Barbosa, Livia. Tendências da alimentação Contemporânea. In: Pinto, M. L. & Pacheco, J. K. (orgs.). Juventude, Consumo e Educação tomo 2. Porto Alegre, ESPM, 2009, pp. 15-64. (2009)
- Becker G. Accounting for tastes . Harvard University Press . Cambridge, Massachusetts. London, England. 1996.
- Bhaskar, Roy. 'Contexts of interdisciplinarity: interdisciplinarity and climate change', IN: 'Interdisciplinarity and Climate Change: Transforming knowledge and practice for our global future', eds. Bhaskar, Roy et al. Routledge, 2010.
- Bhaskar R. *A realist Theory of science*. Routledge. New York, 2008.
- Bigliardi, Rossane Vinhas & Cruz, Ricardo Gauterio. 'O papel da educação ambiental frente à crise civilizatória atual', IN: Ambiente & Educação, vol. 12, p127-141, 2007.
- Boden S. y Williams S. (2002). Consumption and Emotion . The Romantic Ethic Revisited. Sociology, vol. 36. Num 3. agosto 2002. 493-512.
- Boff, Leonardo. Ecologia: grito da terra, grito dos pobres. Ática, 1996.
- Campbell C. (1998). Consumption and the Rhetorics of Need and Want Journal of design History, vol. 11 no. 3 (1998), pp. 235-246.
- Campbell C. (2003) "On Understanding Modern Consumerism and Misunderstanding the Romantic Ethic Thesis: A Reply to Boden and Williams" Sociology vol. 37(4): 791-797.
- Campbell C. A Ética Romântica e o Espírito do Consumismo Moderno. Editora Rocco. 2001.
- Coase, R. H. The Nature of the Firm, IN: Economica, New Series, Vol. 4, No. 16, pp. 386-405, Nov., 1937.
- Coase, R. H. The problem of social cost, IN: The journal of law and economics, v.3, out. 1960.
- Cornell, Sarah & Parker, Jenneth. 'Critical realist interdisciplinarity: a research agenda to support action on global warming', IN: 'Interdisciplinarity and Climate Change: Transforming knowledge and practice for our global future', eds. Bhaskar, Roy et al. Routledge, 2010.
- Cornell, Sarah. 'Climate change: brokering interdisciplinarity across the physical and social sciences', IN: 'Interdisciplinarity and Climate Change: Transforming knowledge and practice for our global future', eds. Bhaskar, Roy et al. Routledge, 2010.
- Della Fonte, Sandra Soares. 'Agenda pós-moderna e neopositivismo: antípodas solidários', IN: Educação e Sociedade, v.31, n. 110, p.35-56, jan-mar 2010.
- Duayer, Mario. 'Economia depois do relativismo: Crítica ontológica ou ceticismo instrumental?', IN: 'Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política', 8., 2003, Florianópolis. Anais..., p. 1-20, setembro 2003.
- Eagleton, Terry. After theory, Basic Books, 2004.

Eagleton . Depois de la teoría. Debate . España, 2005

Engels, Friederich. 'O papel do trabalho na transformação do macaco em homem', IN: Neue Zeit, 1876, traduzido do espanhol a partir da versão soviética de acordo com o manuscrito em alemão, disponível online em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>.

Fischler C. (2010) Gastro-nomia y gastro-anómia . Sabiduría del cuerpo y crisis biocultural de la alimentación moderna. Gazeta de Antropología, 2010, 26(1), artículo 09 .

Fleetwood, Steve. 'Ontology in Organization and Management Studies: A Critical Realist Perspective'. IN: Organization, 2005, Vol. 12, No. 2, 197-222.

Georgescu-Roegen, N. 'Inequality, limits and growth from a bioeconomic viewpoint', IN: Review of Social Economy, XXXV (3), 361-375, 1977.

Gowdy, John M & Mayumi, Kozo. 'Bioeconomics and Sustainability: Essays in Honor of Nicholas Georgescu-Roegen', Edward Elgar Publishers, 1999.

Hall, John R. 'Epistemology and socio-historical inquiry', IN: Annual Review of Sociology, v16, p329-51, 1990.

Kapp, K. William (1971 [1963]). The Social Costs of Business Enterprise, Schocken Books, Nova Iorque.

Kapp, K. William (1974). Environmental Policies and Development Planning in Contemporary China and Other Essays, University of Basel, Caps. 1, 4 e 7, Mouton, Paris.

Kapp, K. William (1985). The Humanization of the Social Sciences, University Press of America, Boston, Cap. 7: The Open System Character of the Economy and its Implications, p143-161.

Marx, Karl. Sobre o suicídio. Boitempo, 2006 [1846].

Morçöl, Göktuğ. 'What is Complexity Science? Postmodernist or Postpositivist?', IN: Emergence, v3, issue 1, 104-119, 2001.

Neves, Vítor (2012). 'A Análise dos Custos Sociais em Ronald Coase e K. William Kapp: duas perspectivas sobre a economia e a interdisciplinaridade', IN: Economia e Interdisciplinaridade(s) [Kerstenetzky, Celia Lessa & Neves, Vítor (Orgs.)], Edições Almedina, Coimbra, Portugal.

Pigout, A. C. The economics of welfare. Macmillan, Cap. 1, 1920.

Reed, Isaac Ariail. 'Epistemology Contextualized: socio-scientific Knowledge in a Postpositivist Era', IN: Sociological Theory, 28:1, p.20-39, March 2010.

Regmi A. (2001). Changing Structures of global Food Consumption and Trade. Washington, dc. ERS-USDA.

Regmi A., Takeshima H. E Unnevehr (2008). Convergence in global Food Demand and Delivery . Washington, dc. ERS-USDA.

Rosiek, Jerry Lee & Pratt, Scott. 'Jane Addams as a Resource for Developing a Reflexively Realistic Social Science Practice', IN: Qualitative Inquiry, v19(8), p.578-588, 2013.

Stigler G. E Becker G. "De Gustibus Non Est Disputandum" The American Economic Review, vol.67, no. 2 (Março 1977) pp. 76-90.